

O QUE INDICA A VERSÃO PRELIMINAR DA PROPOSTA PARA A BASE NACIONAL COMUM DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM RELAÇÃO À INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM NEE

Cassia Cristina Bordini Pirolóⁱ
Celia Regina Vitalianoⁱⁱ
Nilton Gomesⁱⁱⁱ

Resumo

A partir da proposta da Educação Inclusiva (EI), na década de 90, a escola regular tem recebido a matrícula de estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE) e os professores que os atendem, em sua maioria, se declaram despreparados para trabalhar com estes estudantes, entre eles, está o de Educação Física (EF). Por meio de uma pesquisa documental e bibliográfica, objetivamos com este trabalho: 1) verificar o que indica a versão preliminar da proposta para Base Nacional Comum (BNC) em relação à formação dos professores da educação básica, no que se refere ao atendimento educacional dos estudantes com NEE em sala de aula inclusiva; 2) analisar a adequação das orientações contidas na proposta para BNC para minimizar as dificuldades encontradas pelos professores de EF em relação à formação inicial, para incluir estudantes com NEE dispostas nas pesquisas mais recentes da área. Os resultados obtidos indicaram que, a proposta para BNC da formação de professores apresenta poucas orientações para melhorar a formação inicial dos professores da educação básica de todo o país, com relação à inclusão de estudantes com NEE, na educação básica. Como evidencia as análises elas se apresentam vagas e não explicitam como operacionalizá-las.

Palavras-chave: Base Nacional Comum. Educação Física. Educação Inclusiva. Formação inicial. Necessidades Educacionais Especiais.

Introdução

Com o advento da EI, mundialmente organizado, principalmente a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990) e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais (1994), que culminou na Declaração de Salamanca (1994), tem-se aumentado grandemente a diversidade de estudantes em nossas escolas, entre eles os estudantes com NEE.

O acesso à escolarização dos estudantes com NEE deu-se, principalmente, a partir da Declaração de Salamanca (1994, s/n) que promulgou que as escolas devem “acolher todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas, culturais ou outras”. Afirmou também que, as “crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar”.

A Declaração de Salamanca (1994, s/n) apresenta quem são as pessoas com NEE que deverão ser incluídas nas escolas regulares:

[...] deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e, crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados.

No Brasil, a proposta da EI, legitima-se com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, de acordo com Beyer (2011) e com o documento intitulado Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, publicado pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2008).

Com tais determinações, de que a escola deve atender a todos, devemos então, pensar na formação dos professores que deverão estar preparados para atender adequadamente estas crianças e jovens. A preocupação com essa questão tem sido apresentada por diversos pesquisadores tais como: Beyer (2011), Glat (2011), Glat e Blanco (2007), Gomes (2007), Michels e Garcia (2014), Rodrigues (2005, 2014), Sanches (2011), Sanches e Teodoro (2006), Vitaliano (2013), entre outros.

Estes autores corroboram da perspectiva de que, o professor para atuar em contexto educacional inclusivo, necessita de ter uma sólida formação, seja ela, inicial, continuada e/ou em serviço, voltada, o mais próximo possível da situação real de sala de aula inclusiva. Citamos Rodrigues (2014, p. 13) que ilustra a nossa fala quando advoga que os professores “[...] devem vivenciar durante a formação experiências semelhantes àquelas que irão enfrentar [...]”. Baseados na afirmativa do autor, consideramos que, tanto na formação inicial, continuada e/ou em serviço, os cursos de formação devem abordar as situações que o professor pode encontrar, ou encontra, em sala de aula que

tem matriculados os alunos com NEE, a fim de oferecer um suporte de base sólida para que o professor possa avaliar, planejar e intervir de forma adequada.

Nas discussões da perspectiva da formação de professores para a EI, desde os anos 90, encontra-se também a formação do professor de EF para a inclusão escolar dos estudantes com NEE. Para fundamentar as nossas discussões citamos alguns dos pesquisadores que se dedicam à formação do professor de EF, a saber: Barreto et al. (2013); Boato, Sampaio e Silva (2012); Cruz (2005, 2008); Cruz e Lemishka (2010); Fiorini (2015); Gomes (2007); Rodrigues (2003, 2008); Rodrigues e Rodrigues (2011), entre outros.

Embora os professores acolham os estudantes com NEE nas suas aulas, pesquisas revelam que os professores de EF, se declaram sem preparo para atender os estudantes que apresentam algum tipo de deficiência (BARRETO *et al.*, 2013; FIORINI; MANZINI, 2016). O fato dos professores de EF não se sentirem preparados pode estar diretamente associado à falta de formação ou formação inadequada. Sugere-se que sejam revistos os currículos dos cursos de licenciatura em EF.

Pensando na necessidade de rever os cursos de formação o Ministério da Educação (MEC) apresenta a Proposta para a Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2018) para o Conselho Nacional de Educação (CNE) em dezembro de 2018. O objetivo da proposta apresentada pelo MEC ao CNE é:

[...] uma primeira reflexão, objetivando propiciar o início de estudos e debates para a instituição da base nacional de formação de professores da Educação Básica, que oriente as diferentes formas de habilitação para a docência nas etapas e modalidades da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. (BRASIL, 2018, p. 8).

O documento é baseado em três eixos que nortearão a formação inicial e continuada dos docentes de todo o país, são eles: conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional, que discutiremos adiante.

Esta proposta para BNC da formação de professores visa abrir o debate com as instituições formadoras, estados, municípios e escolas, para aperfeiçoar, complementar e, a partir da proposta, reformular as normativas

para a formação de professores no Brasil. Após esse trâmite, o documento é devolvido ao MEC para homologação. (BRASIL, 2018)

Com base neste contexto, este artigo tem por objetivos: 1) verificar o que indica a versão preliminar da proposta para BNC em relação à formação dos professores da educação básica, no que se refere ao atendimento educacional dos estudantes com NEE em sala de aula inclusiva; 2) analisar a adequação das orientações contidas na proposta para BNC para minimizar as dificuldades encontradas pelos professores de EF em relação à formação inicial, para incluir estudantes com NEE dispostas nas pesquisas mais recentes da área. Levantamos como problema o seguinte questionamento: o que a proposta para BNC da formação de professores da educação básica orienta aos cursos de formação de professores, especificamente na formação inicial, a respeito da inclusão de estudantes com NEE? Será que, as orientações contidas nessa proposta, estão relacionadas às dificuldades que os professores de EF, vivenciam para incluir os alunos com NEE em suas aulas?

Metodologia

Este estudo trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa documental utiliza-se de material que ainda pode ser reelaborado ou alterado, conforme explica Gil (2002, p. 45) “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda nenhum tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.” Para o mesmo autor, a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos. De acordo com Gil (2002, p. 45), “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.”

Para a realização da fase da pesquisa documental, consultamos o portal do Ministério da Educação (MEC) e buscamos o documento Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica (2018), disponível no endereço: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=71951>. Para a fase da pesquisa bibliográfica consultamos o portal da capes, utilizando o campo

“busca por assunto” e selecionamos, 16 artigos e 2 teses de doutorado, relacionados ao tema “dificuldades encontradas pelos professores de Educação Física para a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais”. Também foram utilizados para a pesquisa bibliográfica, seis documentos físicos, sendo: dois livros e quatro capítulos de livros, de posse dos pesquisadores. Ao total foram selecionados 25 documentos.

Resultados e Discussão

Analisaremos inicialmente o que indica a proposta para BNC da formação de professores da educação básica para, melhorar a formação inicial dos professores de todo o país. Este documento está organizado em cinco capítulos, a saber: I – Estado da arte da formação de professores; II – Visão sistêmica da formação; III – Matriz de competências profissionais; IV – Limites e indicação e V – Bibliografia. No capítulo III – Matriz de competências profissionais - encontram-se as competências profissionais, divididas em três eixos: 1 – conhecimento profissional; 2 – prática profissional; 3 – engajamento profissional. Baseados nestes três eixos de competência, procuraremos verificar se há alguma orientação a respeito da formação dos professores da educação básica, para melhorar a inclusão de estudantes com NEE e tomaremos por base as dificuldades encontradas pelos professores de EF da educação básica.

De acordo com a proposta para BNC da formação de professores da educação básica, Brasil (2018, p. 44, grifo nosso) no eixo do conhecimento profissional:

“o professor deverá dominar os conteúdos e saber como ensiná-los, **demonstrar conhecimento sobre os estudantes e seus processos de aprendizagem**, reconhecer os diferentes contextos e conhecer a governança e a estrutura dos sistemas educacionais.”

Percebemos na indicação do primeiro eixo, conhecimento profissional, no que se refere a demonstrar conhecimento sobre os estudantes e seus processos de aprendizagem, o texto da proposta para BNC não explica sobre quais tipos de estudantes que os futuros professores têm que ter

conhecimento, considerando que no universo escolar, temos os estudantes com NEE e ainda outras possíveis especificidades, caracterizando a diversidade e a heterogeneidade. A proposta para BNC também não especifica quais processos de aprendizagem são esses. Dessa forma podemos supor que para evitar rotulações esta proposta tem como base todos os estudantes sem distinções, ou por outro lado, seus organizadores não se atentaram para a diversidade de alunos que atualmente estão presentes na escola e, ainda se referiram ao aluno padrão, que não apresentam dificuldades. No entanto, a preocupação com o processo de aprendizagem dos alunos alude ao objetivo que todos possam aprender. Considerando essas suposições, essa proposta para BNC carece de mais explicações para que não gere essas interpretações.

A dificuldade em conhecer os estudantes, se confirma quando relacionadas com as dificuldades sentidas pelos professores de EF da educação básica, advindas da formação inicial, que encontramos na literatura, como: falta de conhecimento para trabalhar com a heterogeneidade (BARRETO et al., 2013; BOATO, 2012; CRUZ, 2005; CRUZ; LEMISHKA, 2010; FIORINI; MANZINI; 2014, 2015; GOMES, 2007; GREGUOL, MALAGODI e CARRARO, 2018; RODRIGUES, 2003; SILVA, SOUSA e VIDAL, 2008; SOUZA e BOATO, 2009). Estes pesquisadores indicam que os professores de EF, não possuem conhecimento suficiente para trabalhar com turmas heterogêneas e essa dificuldade encontrada pelos professores de EF, segundo Cruz (2005), Fiorini e Manzini (2015) e Gomes (2007), é atribuída a deficiências nos cursos de licenciatura, diretamente relacionadas com a formação inicial.

Alguns pesquisadores também evidenciaram que os professores de EF relatam não ter informações sobre a deficiência do aluno que está incluso em sua sala de aula, o que pode vir a comprometer as ações positivas que poderiam desenvolver em suas aulas (CRUZ, 2005; GREGUOL; MALAGODI; CARRARO, 2018; FIORINI; MANZINI, 2015). A falta de informação sobre as deficiências também pode estar atribuída à fragilidade dos cursos de formação inicial.

Como conseqüência decorrente da falta de preparo do professor de EF, para lidar com seus estudantes com deficiência, ocorre a dispensa dos referidos alunos das aulas de EF, verificada nas pesquisas de Boato, Sampaio

e Silva (2012); Greguol, Malagodi e Carraro (2018); Munster (2013) e Rodrigues (2003). Sendo assim o aluno não se beneficia dos conteúdos apresentados pela EF e, de certa forma, a dispensa é considerada um alívio para o professor.

Percebemos que, para o professor de EF trabalhar adequadamente com a diversidade faz-se necessários investimentos nos cursos de formação inicial de professores. Rodrigues (2003, p.80), indica que “A formação inicial [...] [...] tem de seguir modelos isomórficos isto é, o futuro profissional tem de ser formado para conhecer e aplicar conteúdos que estejam relacionados com o que se pretende que ele venha a ser como profissional.” Boato, Sampaio e Silva (2012) e Rodrigues (2003) enfatizam que, para a formação acadêmica ser efetiva, deve-se ter um enfoque voltado à heterogeneidade, inclusive as pessoas com deficiência, e com NEE, em todas as disciplinas dos cursos de licenciatura, inclusive o de EF, o que disseminaria o conhecimento acerca da inclusão de estudantes em vários campos de conhecimento.

Com base nas dificuldades apresentadas pelos professores de EF, com relação ao eixo, conhecimento profissional, salientamos que este eixo, pode orientar os cursos de licenciatura a oferecer mais informações para os futuros professores sobre os estudantes com NEE, para que possam atender a heterogeneidade em sala de aula, conhecer sobre os vários tipos de deficiências e evitar a dispensa dos estudantes das aulas de EF.

Já no eixo, prática, segundo a proposta para BNC da formação de professores da educação básica (2018, p. 45, grifo nosso), o professor deve:

[...] planejar as ações de ensino que resultem na aprendizagem efetiva, saber criar e gerir ambientes de aprendizagem, ter plenas condições de avaliar a aprendizagem e o ensino, e conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, competências e habilidades previstas no currículo.

Neste segundo eixo, prática profissional, que norteia a formação do futuro professor, a proposta para BNC da formação de professores da educação básica, prevê que o futuro professor saiba planejar as suas ações para que alcance o seu objetivo, que é ensinar e gerenciar o ambiente de sala de aula para garantir a aprendizagem de todos.

Com relação à prática do professor de EF, o que se tem evidenciado, é que, os professores que têm estudantes com NEE inclusos, não planejam suas aulas, ou planejam mas não conseguem executar e estes professores não conseguem organizar o ambiente educativo quando têm aluno com NEE incluso.

Sobre o planejamento de aulas dos professores de EF, autores como, Cruz e Lemishka (2010); Fiorini e Manzini (2014) e Mauerberg-de Castro et al. (2013), citam que há a falta de planejamento de aulas para atender as necessidades dos estudantes com e sem deficiência. Mauerberg-de Castro et al. (2013) pontuam que, na maioria das vezes as atividades são improvisadas. Fiorini e Manzini (2014) citam que há momentos em que o professor planeja, mas estes planejamentos por vezes falham, então os professores improvisam. A este cenário atribuímos a falta de conhecimento que o professor de EF tem sobre a deficiência e sobre as potencialidades dos estudantes com NEE, assim certamente o planejamento apresentará falhas.

Com relação a, saber criar e gerir ambientes de aprendizagem, proposto pela BNC da formação de professores da educação básica, além de saber planejar as suas ações o professor também deve saber organizar o ambiente de aprendizagem. Segundo Cruz e Lemishka (2010, p.322) nas aulas de EF, a organização do ambiente ocupa um espaço importante no contexto escolar e a falta dele é um fator a ser considerado como “[...] dificultador para a inclusão de estudantes com e sem deficiência”. O professor precisa atentar-se em organizar o ambiente de forma que todos os estudantes, o vejam e o escutem, caso contrário alguns estudantes poderão não compreender a atividade proposta.

Autores como Silva, Sousa e Vidal (2008), afirmam que os professores de EF têm dificuldades em, gerenciar e organizar a disciplina, quando há alunos com e sem deficiência juntos e se pautam na rotina, o que não favorece a inclusão dos alunos que apresentam algum tipo de deficiência.

O que se tem evidenciado é que os professores de EF têm dificuldades, com relação à prática profissional, em planejar, criar e gerir ambientes ricos em aprendizagem, em situação de inclusão de estudantes com

NEE. A proposta para BNC da formação de professores da educação básica, não comenta como será o processo de ensino dos futuros professores, nos cursos de licenciatura, no que diz respeito à criar e gerir ambientes de aprendizagem. Portanto explicita a necessidade de tais habilidades, mas não sugere como o curso poderia garantir tais aprendizagens.

No terceiro e último eixo da proposta para BNC está o engajamento profissional. No eixo engajamento prima-se que “o professor se comprometa com seu próprio desenvolvimento profissional, com a aprendizagem dos estudantes e com o princípio de que todos são capazes de aprender.” (BRASIL, 2018, p. 47)

Quanto ao engajamento com o seu próprio desenvolvimento profissional, professores de EF quando procuram por formação continuada encontram cursos vagos e específicos para uma determinada deficiência e não abordam a realidade escolar (FIORINI, MANZINI, 2014). Para Barreto (et al. 2013, p.162) quando os professores de EF buscam formação continuada, se deparam com “[...] falta de informação e cursos gratuitos oferecidos para a capacitação”. Portanto não basta apenas o professor engajar-se com o seu desenvolvimento profissional, é importante também que os cursos que oferecem a formação continuada estejam também engajados em oferecer qualidade de informações, as mais próximas possíveis do dia a dia escolar do professor.

De forma geral evidenciamos, de um lado as orientações superficiais da proposta para BNC da formação de professores da educação básica, dividida em três eixos: conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional, relacionados com a formação inicial, e de outro lado, as dificuldades sentidas pelos professores de EF da educação básica, para incluir alunos com NEE, relacionadas com a formação inicial. Esperamos que em algum momento as informações se encontrem.

Conclusão

Com base no objetivo do nosso trabalho, concluímos que: a proposta para BNC da formação de professores apresenta poucas orientações

para melhorar a formação inicial dos professores da educação básica de todo o país, com relação à inclusão de estudantes com NEE, na educação básica. Como evidencia as análises elas se apresentam vagas e não explicitam como operacionalizá-las.

Verificamos que as dificuldades encontradas pelos professores de EF, para incluir alunos com NEE, com relação à formação inicial, foram: a falta de conhecimento para trabalhar com a heterogeneidade, a falta de conhecimento sobre a deficiência dos estudantes, a dispensa dos alunos das aulas de EF, falta de planejamento, falta de organização do ambiente e que, encontram pouca oferta de cursos de formação continuada ou cursos vagos.

Tomando por base os professores de EF, somos conduzidos a pensar que, a proposta para BNC da formação de professores da educação básica, deve se atentar para as dificuldades encontradas pelos professores para então deliberar as futuras Diretrizes mais adequadamente, indicando as ações a serem seguidas pelos cursos de licenciatura, na formação inicial.

Sugerimos que, quando a proposta para BNC for disponibilizada para consulta pública, nós professores da educação básica, professores do ensino superior e demais interessados, sugiram ações que possam melhorar os cursos de licenciatura, na formação inicial, no que diz respeito à inclusão de estudantes com NEE.

Lembramos que a Resolução nº 2, de 2015 ME/CNE/CP que define as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, afirma no capítulo III, artigo 8º, que “O(A) egresso(a) dos cursos de formação inicial em nível superior deverá, portanto, estar apto a”, inciso VIII, “demonstrar consciência [...] [...] de necessidades especiais [...]”. Se a situação já está insatisfatória com a resolução atual, imagine sem as indicações que nela constam.

Enfim, como resposta ao tema norteador deste evento: Formação de Professores de Educação Física da perspectiva da Base Nacional Comum Curricular: superação ou manutenção. Respondemos: Retrocesso.

Referências

BARRETO, M. A. et al. A preparação do profissional de educação física para a inclusão de alunos com deficiência. **PODIUM: Sport, Leisure and Tourism Review**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 152-167, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.podiumreview.org.br/ojs/index.php/rgesporte/article/view/41>. Acesso em: set. 2018.

BEYER, H. O. O projeto da educação inclusiva: perspectivas e princípios de implementação. In: JESUS, D. M. de et al. (Orgs). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: Mediação, 2011, p. 75 – 81.

BOATO, E. M.; SAMPAIO, T. M. V.; SILVA, J. V. P. Capacitação de professores para inclusão de pessoas deficientes nas aulas de educação física. **Desafio Singular- Unipessoal, Lda Vila Real, Portugal. Motricidade**, 2012, vol. 8, n. S2, pp. 891-900. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273023568113>. Acesso em: set. 2018.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base nacional para formação do professor vai revisar cursos para conhecimento e valorização. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=71951>. Acesso em: mar. 2019.

_____. **Ministério da Educação**. Proposta para base nacional comum da formação de professores da educação básica. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Cassia/Desktop/BNC%20Formação%20de%20Professores%20.pdf>. Acesso em: mar. 2019.

_____. **Ministério da Educação**. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: MEC/CNE, 1 de jul. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: mai. 2018.

_____. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: ago. 2018.

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Portaria ministerial 948, de 09 de outubro de 2008**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2014-pdf/16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014>. Acesso em: abr. 2015.

CRUZ, G. C. **Formação continuada de professores de educação física em ambiente escolar inclusivo**. 2005. 254 f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Física. Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/274958>. Acesso em: jan. 2016

_____, G. C. et al. Formação docente para atuação em contextos inclusivos: licenciaturas em diálogo? **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v.2, n.2, p. 69-82, Jul.-Dez., 2015. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/issue/view/361>. Acesso em: out. 2018.

_____, G. C.; LEMISHKA, I. Ambientes inclusivo e exclusivo no processo ensino-aprendizagem de pessoas com deficiência mental em aulas de educação física. **Revista de Educação Especial**, Santa Maria, v. 23, n. 37, p. 315-326, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: set. 2018.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. 1990. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/educar/todos.htm>. Acesso em: mar. 2019.

FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Inclusão de alunos com deficiência na aula de Educação Física: identificando dificuldades, ações e conteúdos para promover a formação do professor. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 3, p. 387-404, Jul.-Set., 2014 – Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382014000300006>. Acesso em: set. 2018.

_____, M. L. S.; MANZINI, E. J. Prática pedagógica e inclusão escolar: concepção dos professores de educação física. **Revista da Sobama**, Marília, v. 16, n. 2, p. 15-22, Jul./Dez., 2015. Disponível em: <http://www.sobama.org.br/arquivos/revistas/sobama/sobama-2015-16-2.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, R. Educação inclusiva para alunos com necessidades especiais: processos educacionais e diversidade. In: **LONGHINI, M. D.** (Org.). O uno e o diverso na educação. Uberlândia: EDUFU, p. 75-92, 2011.

_____, R.; BLANCO, L. M. V. A educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, R. (Org.) **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007, p. 15 - 35.

GOMES, N. M. **Análise da disciplina e educação física especial nas instituições de ensino superior públicas do estado do Paraná**. 2007. 199 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EDUCACAO_FISICA/teses/Gomes.pdf. Acesso em: jun. 2018

GREGUOL, M.; MALAGODI, B. M.; CARRARO, A. Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física: atitudes de professores nas escolas regulares. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.24, n.1, p.33-44, Jan.-Mar., 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382018000100033&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: set. 2018.

MAUERBERG-DE CASTRO, E. et al. Educação física adaptada inclusiva: impacto na aptidão física de pessoas com deficiência intelectual. **Revista**

Ciência em Extensão, v. 9, n.1, p. 35-61, 2013. Disponível em:
http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/730/803. Acesso em:
ago. 2018.

MICHELS, M. H.; GARCIA, R. M. C. Sistema educacional inclusivo: conceito e implicações na política educacional brasileira. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 34, n. 93, 2014, p.157-173. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: jul. 2018.

MUNSTER, M. A. Inclusão de estudantes com deficiências em programas de educação física: adaptações curriculares e metodológicas. **Revista da Sobama**, Marília, v. 14, n. 2, p. 27-34, Jul./Dez., 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/301282844_Inclusao_de_Estudantes_com_Deficiencias_em_Programas_de_Educacao_Fisica_Adaptacoes_Curriculares_e_Metodologicas. Acesso em: out. 2018.

RODRIGUES, D. A educação física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. **Revista da Educação Física da UEM**, Maringá, v. 14, n. 1, p. 67-73, 2003. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/EFeInclusaoDavidRodrigues.pdf>. Acesso em: set. 2018.

_____, D. Desenvolver a Educação Inclusiva: dimensões do desenvolvimento profissional. Inclusão: **Revista de Educação Especial**, v.4, n.02, jul./out. 2008. Brasília: Secretaria de Educação Especial, p. 7-17. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=401-revista-inclusao-n-6&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: mai. 2018.

_____, D. Educação inclusiva: mais qualidade à diversidade. In: RODRIGUES, D.; KREBS, R.; FREITAS, S. N. (Orgs). **Educação inclusiva e necessidades educacionais especiais**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2005, p. 45–63.

_____, D. LIMA-RODRIGUES, L. Formação de professores e inclusão: como se reformam os reformadores? **Educar em Revista**, n 41, jul.-set., 2011, p. 41-60. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar>. Acesso em: set. 2018.

SANCHES, I. R. Da integração à inclusão escolar. In: **Em busca de indicadores de educação inclusiva**. A “voz” dos professores de apoio sobre o que pensam, o que fazem e o que gostariam de fazer. Série Teses da Coleção Ciências da Educação. Edições Universitárias, 2011, 360 p.

_____, I. R.; TEODORO, A. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. Portugal. **Revista Lusófona**, 8, p. 63-83, 2006. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/691>. Acesso em: mar. 2018.

SILVA, R. H. R.; SOUSA, S. B.; VIDAL, M. H. C. Dilemas e perspectivas da educação física diante do paradigma da inclusão. **Pensar a Prática**, v. 11, n. 2, p. 125-135, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/1793>. Acesso em: nov. 2018.

SOUZA, G. K. P.; BOATO, E. M. Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de educação física do ensino regular: concepções, atitudes e capacitação dos professores. **Educação Física em Revista**, v. 3, n. 2, 2009. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/efr/article/view/1341/1019>. Acesso em: out. 2018.

UNESCO. **Ministério da Educação e Ciência da Espanha**. Declaração de Salamanca e Linha de Ação. CORDE. Brasília: Ministério da Justiça, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: mar. 2018.

VITALIANO, C. R. **Formação de professores para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Londrina: EDUEL, 2010, 159p.

Endereço dos autores:

Cassia Cristina Bordini Pirolo

cassiabordini@seed.pr.gov.br

Celia Regina Vitaliano

reginavitaliano@gmail.com

Nilton Gomes

niltonmunhozgomes@uel.com

ⁱ Mestranda do Curso de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina.
ⁱⁱ Professora Doutora do Curso de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Londrina.
ⁱⁱⁱ Professor Doutor do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Londrina.